

A mulher na história das lutas socialistas no Brasil

Ândrea Francine Batista¹

Introdução

A participação das mulheres nas lutas sociais em nosso país foi, em grande medida, invisibilizada na história. Embora estivesse organicamente atuando em diferentes frentes, processos e organizações políticas, sua memória e sua contribuição na luta de classes parecem dissipar-se entre as tantas urgências que a dinâmica concreta dos enfrentamentos demandava. Reaver esse percurso é, portanto, uma tarefa coletiva, de muitas mãos, e que exige muita investigação e debate em torno do papel do feminismo na luta revolucionária.

As poucas linhas que aqui traçamos buscam apresentar alguns elementos para a construção de um inventário da participação da mulher na história do movimento socialista no Brasil, bem como para a assunção do papel estratégico do feminismo na trajetória pela emancipação humana.

Nesse sentido, é importante considerar alguns pressupostos que permeiam as formulações que apresentamos nesse texto. O primeiro deles, é que o patriarcado, o machismo e o racismo configuram-se frações/expressões componentes de uma estrutura social fundada na dominação de classes, e que de maneira combinada atuam singularmente na particularidade de cada território, de cada tempo histórico. Nesse sentido, tomar como rumo a “emancipação humana”², nos exige cada vez mais ações contundentes na totalidade destas relações.

Cabe também destacar que o tema do feminismo abrange diversas correntes, e que cada uma delas se ramifica em diferentes interpretações. Entre as principais correntes, destacamos nesse estudo o debate em torno do feminismo revolucionário, que se caracteriza especialmente por sua articulação com a transformação societária. E, assim como se constituíram intensos debates na “tradição” revolucionária³, o tema da condição da mulher e sua participação na luta socialista também é impregnado de diferenças e divergências, não obstante, convergem na bandeira da superação da ordem capitalista.

Consideramos também fundamental destacar que a contribuição das mulheres na trajetória da luta socialista no Brasil não se restringiu ao debate feminista no interior de suas organizações, mas também nas dimensões da luta política, econômica e organizativa de cada período.

¹ Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral. Professora voluntária da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), MST.

² MARX, Karl. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

³ Nos referimos especialmente na constituição da organização internacional dos trabalhadores e trabalhadoras e suas discussões internas, as quais desembocaram em significativas rupturas. Foi o caso da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) e o debate interno entre anarquistas e marxistas; o caso da II Internacional e o debate sobre os problemas da social-democracia; ou ainda os debates no interior da III Internacional e IV Internacional.

Destacar o papel das mulheres na participação da história do movimento socialista no Brasil pode contribuir na construção de um necessário inventário da relação entre a luta socialista e feminista, bem como da construção do feminismo revolucionário no país.

No intuito de centrar nossas lentes na participação da mulher nessa trajetória, organizamos a apresentação desse artigo por períodos históricos. Cada um pulsou a rebeldia a partir da hegemonia de determinados pensamentos, formas organizativas e leituras sobre a formação social do país, carregando os desafios históricos pertinentes a sua época. Para esse estudo, optamos por apresentar esses períodos da seguinte forma: a) O nascimento das Ideias Socialistas no Brasil; b) As Mulheres Libertárias no Movimento Anarquista (1890-1922); c) As Mulheres no Movimento Comunista; d) As Mulheres nas lutas contra a Ditadura Militar de 1964; e) As Mulheres socialistas no processo de redemocratização.

O exercício da produção desse texto busca remontar informações a partir de registros poucos e dispersos. Alguns, a partir de fontes primárias (especialmente documentos históricos de organizações, jornais de época, jornais de organizações revolucionárias, discursos transcritos de mulheres), mas também de biografias e obras que se lançaram frente ao desafio de sistematizar essa trajetória.

Consideramos que esse breve texto é um singelo convite ao estudo aprofundado dos desafios da classe trabalhadora, da mulher e da luta revolucionária frente à crise estrutural do sistema capitalista.

O nascimento das ideias socialistas no Brasil

O processo de colonização das Américas foi parte integrante do desenvolvimento do modo de produção capitalista. A espoliação, a expropriação dos países colonizados, serviu à acumulação originária de capital para os países centrais, e, frequentemente reconfigurou-se ao longo da história, na medida em que era necessário mudanças substanciais para um salto de qualidade no desenvolvimento do próprio sistema.

No Brasil, a colonização, banhada por massacres, enfrentou a resistência dos povos indígenas Tupinambás (1530-1540), a Confederação dos Tamoios (1562), e a Confederação dos Cariris (1712). Também enfrentou a resistência dos povos escravizados, como Quilombo dos Palmares (1602-1695) com a presença de Aqualtune e Dandara, ou Quilombo do Quariterê (século XVIII) com a participação de Tereza de Benghela. Na Confederação do Equador (1817), Bárbara de Alencar e Ana Lins faziam a propaganda da revolução republicana e libertação dos escravizados. Com a declaração de independência do país (1822), outras revoltas entraram em ebulição, como o caso da: Revolta dos Cabanos (1832-1850) que contou com a participação de Lauriana Maria; a Revolta dos Malês (1835) e Sabinada (1837) com a presença de Luísa Mahín; a Revolta do Quebra-Quilos (1875) com a participação de Ana Floriano, Maria Emília de Souza, Joaquina Maria Goes; e, a Greve dos

Jangadeiros (1881) com a participação de Preta Simoa, escravizada liberta que atuou na mobilização do apoio à greve dos jangadeiros.⁴

Enquanto no Brasil a resistência anticolonial, anti-escravocrata e republicana se estendia ao longo da história, nos países centrais do desenvolvimento capitalista nasciam as ideias socialistas em contestação às suas consequências.

Na segunda metade do século XVIII uma organização clandestina chamada “Conspiração dos Iguais” anunciava a possibilidade de uma revolução mais profunda que a Revolução Francesa, onde haveria a “verdadeira” liberdade e igualdade, onde a terra seria de todos. Mas, com a intensa repressão muitos de seus integrantes foram condenados à morte. Nasciam as “utopias socialistas” pautando-se na superação da sociedade burguesa. Para isso, diferentes e divergentes caminhos foram propostos. Podemos mencionar os seguintes exemplos: Henri Saint Simon (França, 1760-1825) foi um dos fundadores do “socialismo cristão”; Charles François Fourier (França, 1772-1837) projetou uma “comunidade ideal” chamada de falanstérios; e Robert Owen (Inglaterra, 1771-1858) propunha a organização de colônias cooperativas. Discussões que tiveram repercussão na classe trabalhadora, bem como na atuação política⁵. Destacamos aqui o papel e os escritos de Flora Tristán (1803-1844) que já anunciava a necessidade de unidade e solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Esses ideais encontraram ressonância especialmente com as lutas independentistas e anti-escravocratas na América Latina. Haiti, por exemplo, foi a primeira nação a declarar independência e abolir a escravidão nesse contexto⁶. Simón Bolívar (Venezuela, 1783-1830), Manuela Saenz (Equador, 1797-1856), José de San Martín (Argentina, 1778-1850) e Rosa Campuzano (Equador, 1796-1851) combateram pela independência das colônias espanholas sul-americanas e pela construção da “Grande Pátria”.

No Brasil, as ideias socialistas (inspiradas no pensamento de Saint Simon, Fourier e Owen) vão sendo acolhidas no encontro com os ideais republicanos e anti-escravocratas, a partir de uma gama de acontecimentos. Em 1836 chega ao país Giuseppe Garibaldi (Itália, 1807-1882) e combate junto com Anita Garibaldi (Santa Catarina, 1821-1849) na Guerra dos Farrapos. Em 1840 Benoît Jules Mure (França, 1809-1858) cria o Falanstério do Saí, uma comunidade experimental em Santa Catarina, e, em 1845 edita um jornal chamado “O Socialista” (RJ). Jean Maurice Faivre (França, 1795-1858) constrói na região dos campos gerais (PR) uma comunidade fundada na socialização da terra e no cooperativismo chamada Colônia Tereza Cristina (1847). José Inácio de Abreu e Lima (Pernambuco, 1794-1869), que havia lutado no

⁴ MONTENEGRO, Ana. *Mulheres: participação nas lutas populares*. Salvador: M & S Gráfica e Editora Ltda, 1985.

⁵ KONDER, Leandro. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

⁶ Processo comandado por Toussaint Louverture (1743-1803) e Jean Jacques Dessalines (1758-1806). Contou também com a participação de Sanité Bélair (1781-1802), escravizada alforriada, soldada do exército de libertação, liderou a rebelião de escravizados em L'Artibonite (um estado no Haiti).

exército libertador de Simón Bolívar, escreve a obra denominada “O Socialismo” (1852), marcadamente sob a perspectiva do socialismo utópico.

Enquanto isso, na Europa, o debate entre as correntes socialistas se acirra. Em 1847, é fundada a Liga dos Comunistas e alguns meses mais tarde (fevereiro de 1848) o “Manifesto Comunista” redigido por Karl Marx e Friederich Engels⁷, revela com maior nitidez essas diferenças, anunciando uma nova perspectiva, a do “Socialismo científico”.

Anos mais tarde, nasce a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) buscando reunir as diferentes tendências e expressões do movimento operário e das ideias socialistas. Participavam dela: o anarquista Pierre Joseph Proudhon (França, 1809-1865); Ferdinand Lassalle (Alemanha, 1825-1864) que se empenhou na organização de sindicatos; Auguste Blanqui (França, 1805-1881) buscando retomar a “Conspiração dos Iguais”; o anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876); Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), alemães. Essa organização irá se dissolver nos marcos da primeira experiência de poder popular desse período, a Comuna de Paris (1871)⁸. Com sua derrota, muitos combatentes seguem exilados para diversos países, inclusive na América Latina.

Nesse período, converge no Brasil uma série de ações políticas que abrirão passo para maior incidência dos ideais comunitários e do movimento libertário (anarquista) no país. Entre elas, podemos citar: os tensionamentos em torno da abolição da escravidão; o crescimento da migração subsidiada pelo governo para o trabalho nos cafezais e indústria nascente; o nascimento de jornais operários e anarquistas; a criação de comunas experimentais anarquistas; as lutas camponesas messiânicas de caráter comunitário como o caso de Canudos (1896-1897).

Podemos afirmar que o nascimento das ideias socialistas no Brasil acompanham, dialogam e interagem com as discussões em nível internacional. Podemos também afirmar que o amadurecimento desses ideais teve seus primeiros passos apoiando-se no socialismo utópico que confluiu com os ideais republicanos, anti-escravocratas e de fraternidade universal. Da mesma forma, perpassou pela origem do movimento operário e anarco-sindicalista que no decorrer da história foi se consolidando a partir das experiências e divergências quanto às formulações estratégicas e táticas de luta.

As mulheres libertárias no movimento anarquista (1890-1922)

Entre os anos de 1845 e 1898 existiram cerca de 60 jornais voltados aos trabalhadores ou à discussão do socialismo. Publicados em estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Sergipe e Paraná, muitos deles tiveram um curto tempo de vida.

⁷ O Manifesto Comunista foi traduzido no Brasil apenas em 1923 por Octávio Brandão a partir da versão francesa redigida por Laura Lafargue (filha de Marx). Foi publicado no jornal “Voz Cosmopolita”. KONDER, op. cit.

⁸ Participaram organicamente da Comuna, mulheres como Louise Michel, Natalie Lemel, e Elizabeth Dmitrief (afiliada a AIT).

Especialmente a partir de 1890, imigrantes anarquistas formaram Comunas Agrícolas Experimentais Anarquistas. Entre elas, podemos destacar a Colônia Anarquista de Guararema (SP) fundada por Artur Campagnolli e seu irmão em 1888, e, a Colônia Experimental Anarquista Cecília, fundada por Giovani Rossi em Palmeira (PR). Nesta, Adele Serventi, Anibal, Giovani Rossi e Jean Gelec constituíram uma família poliândrica a partir da perspectiva do amor livre e da emancipação da mulher⁹.

Após a dissolução da comuna, muitos militantes se somaram na construção do nascente movimento operário no Brasil¹⁰, assim como na construção de jornais anarquistas. Muitos desses jornais tinham a colaboração organizativa das mulheres libertárias escrevendo artigos sobre a luta e a questão feminina. Podemos citar como Matilda Grassi¹¹, Maria Angelina Soares¹² e Maria Lacerda de Moura¹³.

As mulheres libertárias participaram de greves e comícios com discursos sobre igualdade e emancipação da mulher, denunciando prisões e estupros. Atuaram em organizações políticas femininas, como a União das Costureiras Chapeleiras e Classes Anexas no RJ. Participaram de Congressos Operários, como o caso expoente

⁹ ROSSI, Giovani. *Um episódio de amor livre na Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

¹⁰ O movimento operário no Brasil nasce no anarco-sindicalismo. Seu I Congresso ocorreu em abril de 1906 onde se decide pela fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) - uma espécie de central sindical, e pela publicação do jornal *A Voz do Trabalhador* (efetivado em 1908). Extremamente perseguido, muitos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas foram deportados através da Lei Adolfo Gordo (1907).

¹¹ Migrante italiana que integrou ao movimento libertário. Participou do teatro social fundado por anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo. Contribuiu no jornal *Novos Rumos* (1905), *Amigo do Povo*, e o *Chapeleiro* (SP). No jornal o *Chapeleiro* de 1 de maio de 1904, ela escreve um texto denominado *Emancipatevi!*, lançando um grito de alerta às mulheres trabalhadoras para que se libertassem do papel de donas de casa que lhes foi atribuído.

¹² Bordadeira, conhece o movimento anarquista em Santos. Em São Paulo (1914) contribuiu nos periódicos *Germinal*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *O Libertário*. Seu primeiro artigo na imprensa anarquista intitulava-se “A Guerra”. Participou da fundação do Centro Feminino de Educação, onde se discutiam as ideias feministas e a questão do voto da mulher.

¹³ Mineira de nascimento, militou no movimento libertário e antifascista. Colaborou com a imprensa anarquista e operária fundando em 1923 a *Revista Renascença*. Escreveu no jornal semanal “O Combate” a partir de 1935 onde entrevistou Luiz Carlos Prestes. Atuou como educadora numa perspectiva da pedagogia libertária, participando nas campanhas de alfabetização de adultos. Não acreditava que a luta pelo voto feminino pudesse contribuir com a emancipação das mulheres. A partir de 1926 passou a viver numa comunidade anarquista em Guararema (SP). Fundou, junto a Berta Lurtz, a Liga para a Emancipação da Mulher, que é precursora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Seus escritos envolvem a emancipação feminina; a educação, em especial para as mulheres; o voto feminino; o fascismo; escritos anticlericais.

de Elvira Boni¹⁴ presidindo a última seção do III Congresso Operário, e, atuando nas Conferências em recitais de poesias e teatro político¹⁵.

Na Greve de 1917, mulheres como Isabel Cerruti, Maria de Lourdes Nogueira, Branca Nery, Alzira Werkauser, Elvira Boni e Angelina Soares foram imprescindíveis. Operárias da Fábrica Crespi (Mooca, SP) iniciam a greve no mês de junho por aumento de salário, pela redução de jornada de trabalho, e contra o assédio por parte dos supervisores. Ao final de julho, ela já se estendia pelo estado de São Paulo. A morte do jovem operário José Martinez pela cavalaria, avolumou a greve por todo o estado e país. Em Campinas, da repressão aos ferroviários e metalúrgicos transcorreu o Massacre da Porteira da Capivara com mais três mortos.

As libertárias atuaram também no teatro amador e na propaganda anarquista, especialmente em SP e RJ. Maria Lacerda de Moura, Maria Antônia Soares, Maria Angelina Soares, Angelina Valverde, Adelina Santos atuaram em peças como: Sangue Fecundo; 1º. de Maio; Amanhã; O Pecado de Simonia; Infanticídio; A Ceia dos Pobres; e Greve dos Inquilinos.

Contribuíram nas Escolas Livres para Trabalhadores e Centros de Estudos Sociais, onde se realizava a alfabetização, a formação sociológica e libertária em especial para a mulher operária. Uma destas experiências foi o Centro Feminino de Educação em SP, inaugurado por Isabel Cerruti em 1922. Elas também atuaram na organização de moradias e pousadas para anarquistas perseguidos, desempregados ou que estavam de passagem por SP, ou RJ¹⁶. Estes espaços funcionavam como lugar de reunião, redação de jornal, salas de alfabetização, estudos sobre sociologia e anarquismo. O caso emblemático foi a casa da Família Soares, primeiro em SP e depois no RJ¹⁷.

As mulheres no movimento comunista

A partir da Revolução Russa de 1917 e da fundação da Internacional Comunista (1919), sucedeu a fundação de partidos comunistas no mundo inteiro. A esperança da possibilidade revolucionária fundamentava os debates estratégicos e novas formas organizativas. No Brasil, o Partido Comunista, ou Seção Brasileira da

¹⁴ Elvira Boni, nasceu no Espírito Santo do Pinhal, SP. Trabalhou como costureira num momento em que a jornada de trabalho era de 10 horas. Escreveu frequentemente no Jornal O Operário a partir de 1912. Contribui para a formação da União das Costureiras e Chapeleiras e Classes anexas que funcionava no RJ. O discurso de inauguração feito por Elvira foi publicado depois pelo jornal do Brasil (1919). Representou as costureiras junto com Noemia Lopes no III Congresso Operário Brasileiro. Apresentou peças anarquistas.

¹⁵ CORREIA, Francisco. Mulheres Anarquistas In: *Coleção Remate de Males*. v. 5. SP: 2012. P. 43-60. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636356/4065>

¹⁶ OLIVETTI, Livia. As Mulheres Anarquistas da Família Soares: a história de luta de uma mãe e suas quatro filhas no Rio de Janeiro da Primeira República. Emecê. *Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa*. Ano XIII. N. 34. On-line: março de 2016.

¹⁷ MENDES, Samanta Colhado. Anarquismo e feminismo: as mulheres libertárias no Brasil. In: Santos, Kauan Willian; Silva, Rafael Viana (org.). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018, p. 173–206.

Internacional Comunista, foi fundado em 1922 em Niterói, com a presença de Astrogildo Pereira, Octávio Brandão, entre outros. Nenhuma mulher esteve presente em sua fundação, embora estiveram presentes nos círculos de debate e nos processos organizativos.

Laura Brandão (Alagoana, 1891-1942) foi uma dessas mulheres ousadas e imprescindíveis. Poetiza, participava dos salões literários no Rio de Janeiro. Professora desde os 14 anos, escreveu obras que faziam a crítica ao sistema econômico e social, aos valores e à moral sexual considerados inquestionáveis para a época. Foi uma das primeiras agitadoras comunistas no Brasil, atuando no partido embora nunca tivesse se filiado a ele. Desde a fundação do partido, dedicou-se à literatura marxista e à militância feminista junto ao Comitê de Mulheres Trabalhadoras (1928) que era ligado ao Bloco Operário Camponês. Participou da edição do Jornal “A Classe Operária”. Foi presa várias vezes e expulsa do país em 1930, exilando-se na URSS onde trabalhou na rádio Moscou e na resistência contra as tropas nazistas em 1941.

No ano de 1925, as operárias charuteiras de São Felix (Bahia), escrevem no jornal *A Classe Operária* suas reivindicações por: salário fixo; igual salário para mulheres e homens por trabalho igual; redução da jornada de trabalho; licença maternidade de 15 dias; condições higiênicas de trabalho; não serem despedidas por se mobilizarem no 1º. de maio; direito de livre associação; entre outras. Neste número também se destaca uma reportagem sobre a mulher lavradora e suas condições de pobreza agravadas pelo abuso dos fazendeiros, usineiros, senhores de engenho e seus filhos.

O mesmo jornal, no ano de 1926, apresentou um discurso realizado por Nympha de Vimnar sobre o papel da mulher na revolução mundial. Afirmava que a mulher trabalhadora passava por um duplo sacrifício, o do trabalho para o sistema capitalista e do trabalho doméstico, e ainda, que muitas vezes era vítima da opressão das próprias mulheres que tolhiam os esforços organizativos. Cita Alexandra Kollontai (militante bolchevique) e Anna Kalyguina (operária de 25 anos que lutou no exército vermelho da Revolução Russa).

Em 1928, a criação do Bloco Camponês Operário (BOC) projetava a candidatura de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira. As mulheres, que na época não podiam votar nem concorrer a cargos políticos, atuaram na agitação e propaganda para a eleição dos “candidatos do povo”.

Na década de 1930 as tumultuadas tensões políticas levaram Getúlio Vargas à presidência governando até 1945. Nesse período, a implantação de indústrias e a consolidação das leis trabalhistas foram acompanhadas de intensa repressão, assim como do nascimento da Aliança Integralista Brasileira¹⁸. Em contrapartida, as lutas sociais abriram passo para a conquista do direito ao voto das mulheres (1932)¹⁹, assim

¹⁸ Movimento político brasileiro de perspectiva conservadora, ultranacionalista, e tradicionalista católico. Criado em 1932.

¹⁹ Celina Guimarães é considerada como a primeira eleitora do Brasil na cidade de Mossoró, RN. Seu voto foi posto numa urna no dia 05 de abril de 1927 como resultado de um requerimento judicial

como a eclosão da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935 - com um programa que defendia a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras, as liberdades democráticas, a reforma agrária e a constituição de um governo popular. As ações da ANL foram interrompidas pelas forças repressoras em 1937.

A Intentona Comunista (1935), um levante armado que buscou instaurar um governo nacional-revolucionário, foi comandada por Luiz Carlos Prestes que acabara de voltar clandestinamente da URSS. Teve a contribuição de um pequeno grupo de militantes internacionalistas, do qual faziam parte mulheres como Olga Benário (militante comunista alemã que foi designada para acompanhar e assegurar a chegada de Prestes ao Brasil); Inês Tulchniska; Elise Saborovsky; Carmen de Alfaya; Helena Kruger; Sofia Semionova Stuchksaia; e Maria Banejas. Com a derrota da Intentona, muitos de seus integrantes foram presos. Olga e Elise foram transferidas para os campos de concentrações nazistas na Alemanha onde foram brutalmente assassinadas.

Eneida Costa de Moraes foi outra militante comunista que atuou ativamente no Partido. Em 1935 ingressou na União Feminina do Brasil (UFB) – organização vinculada à Aliança Nacional Libertadora (ANL) que alçava um programa de luta por direitos políticos, sociais e trabalhistas da mulher. Foi presa acusada de ter participado da revolta comunista. Chegou a conviver com Graciliano Ramos que se referiu a ela em sua obra “Memórias do Cárcere”. Atuou ainda como operária, tradutora e redatora de artigos políticos. Escreveu um livro de contos denominado “O Quarteirão”, e iniciou a elaboração de uma obra sobre a história das lutas populares no Brasil, projeto que não findou²⁰.

Nesse período, a militância política de Patrícia Galvão (Pagu), foi fundamental para o debate marxiano e feminista. Ela atuou junto a Oswald de Andrade no editorial do Jornal “O Homem do Povo”. Nele escreve uma coluna denominada “A Mulher do Povo”, onde faz a crítica ao patriarcado e ao feminismo burguês com sua visão de modificar a situação da mulher deixando intactas as bases econômicas que esmagam as classes trabalhadoras. Atuou na organização partidária na cidade de Santos distribuindo boletins e panfletos grevistas. É presa durante um comício em 1931 em homenagem a Sacco e Vazetti²¹ e posteriormente expulsa do Partido, retornando a este apenas uma década depois. Escreve em 1939 a “Carta de uma militante”, e “Verdade e Liberdade” (1950), onde expressa sua crítica à burocratização da Revolução Soviética e dos Partidos Comunistas no mundo inteiro²².

realizado em 25/11/1927. Alice Tibiriçá, defendeu vigorosamente esse direito no Congresso através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1931).

²⁰ BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernando. As Mulheres e os 90 anos de Comunismo no Brasil. Por Memória Sindical. In: *Centro de Memória Sindical*. On-line: CMS, 07 de junho de 2012. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>

²¹ Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, dois imigrantes anarquistas italianos que foram presos e condenados à morte nos Estados Unidos na década de 1920.

²² D’ATRI, Andrea; ASSUNÇÃO, Diana (Orgs). *Lutadoras*. Histórias de mulheres que fizeram história. SP: Edições Iskra, 2009

Em 1945 ocorre a abertura política, onde o PCB sai da clandestinidade. Mulheres como Francisca Moura, Maria Barata e Anita Gouveia atuaram em Comitês Femininos Pró-Democracia numa forte campanha pela anistia dos presos e perseguidos políticos. Eugênia Álvaro Moreyra, militante da ANL, atuou também nesta campanha, tal como nas campanhas eleitorais de 1945/1946²³.

Estes comitês incluíam em seus estatutos a luta pelos direitos da mulher e em defesa da infância. Deles, renasceram as Uniões Femininas que se movimentavam a partir dos problemas concretos nos bairros, como carestia e abastecimento. Essas uniões abriram passo para a criação da Federação de Mulheres do Brasil (1949) que se dedicou à centralidade dos direitos da Mulher. Um ano mais tarde, fruto de toda essa mobilização, ocorreu o I Congresso Nacional da Federação de Mulheres do Brasil. Com cerca de 150 delegadas de diversos estados teve uma pauta centrada nos direitos da mulher em geral e nos direitos da mulher trabalhadora. Nele, participaram mulheres de várias opiniões políticas ou religiosas, independente de quaisquer divergências. Em 1956, governo de Juscelino Kubishek, as atividades da Federação foram cessadas, uma proibição que mais tarde seria revogada²⁴.

Em 1947 nasceu o Jornal Momento Feminino. Fundado e dirigido por mulheres do PCB, teve a importante participação de Eneida Moraes (jornalista e escritora), Silvia Chalreo (pintora), Arcelina Mochel (advogada e líder feminina, eleita vereadora no RJ em 1946)²⁵, Heloisa Ramos e Luisa Lebon Regis. Elas publicavam matérias sobre a precariedade do trabalho das empregadas domésticas, sobre organizações femininas locais, ensino primário em zona rural, sobre a vida camponesa, entre outros temas.

Nas décadas de 1940 e 1950 as lutas no campo se fortalecem. As Ligas Camponesas (1945) contaram com liderança combativa de Elizabeth Teixeira (Paraíba, 1925) e de Alexina Lins Crespo de Paula (1926-2013) - responsável pelas atividades secretas e clandestinas²⁶. As lutas camponesas de Xerém no RJ (1949-1964) contaram com a liderança de Josefa Paulino da Silva Pureza, da Associação de Lavradores Fluminenses. A Revolta de Porecatu no Paraná (1948-1951) contou com a participação de Maria Olímpia Carneiro Mochel, que havia sido designada pelo PCB para trabalhar cursos de formação política junto aos posseiros de Porecatu, como também de Lázara Araújo de Paiva organizando campanhas de solidariedade²⁷.

²³ MONTENEGRO, op. cit.

²⁴ Idem.

²⁵ Nascida em São Luiz (MA) em 25 de outubro de 1915, Arcelina Mochel Goto, membro da direção do PCB também foi uma das fundadoras da Federação de Mulheres Brasileiras. MONTENEGRO, op. cit.

²⁶ MORAES, Clodomir de. Morre Alexina Crespo, guerrilheira das Ligas Camponesas. In: *A Verdade*. On-line: A Verdade, 14 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://averdade.org.br/2013/12/morre-alexina-crespo-guerrilheira-das-ligas-camponesas/>.

²⁷ OIKAWA, Marcelo E. *Porecatu: A guerrilha que os comunistas esqueceram*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

A resistência armada de camponeses em Trombas e Formoso no Estado de Goiás (1954-1957), contou com determinação da militante comunista Dirce Machado²⁸.

Durante a II Conferência Camponesa do Triângulo Mineiro (MG, 1954) é aprovado um programa de reivindicação das mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas. Nele destacaram-se: a luta pelo direito de organização em sindicato e associações; a luta pelo fornecimento de carteiras de trabalho; salários, férias, tempo de serviço afim de gozar da proteção de legislação social; assistência à maternidade e à infância gratuita; construção de postos de puericultura; construção de poços artesianos próximos às moradias para facilitar o trabalho das mulheres; concessão de licença maternidade por três (3) meses com salários integrais²⁹.

Ainda na década de 1950, as greves operárias tiveram a participação determinante de mulheres. Como exemplos, podemos citar o caso da Greve dos Ferroviários em MG (1949-1950), onde elas deitaram-se nos trilhos como forma de protesto, e, o caso da passeata de 1º. de Maio no RS, onde a operária Angelina Gonçalves é assassinada³⁰.

As mulheres comunistas também provocavam o debate sobre participação feminina no interior do partido. Podemos mencionar Iracema Ribeiro, que faz uma intervenção no IV Congresso com a tese intitulada “O Trabalho Feminino: dever de todo o Partido”. Nela, relembrou a participação das mulheres nas lutas sociais no país e afirmou contundentemente que não bastava seus esforços individuais e dedicação pessoal, era necessário que o conjunto do partido assumisse a tarefa de organizar mulheres para a luta democrática e de libertação nacional³¹. Ou ainda, Olga Maranhão que nessa mesma conferência fez uma intervenção intitulada “*Ganhar milhões de mulheres para o programa do partido*”. Nela, afirma que a emancipação da mulher só seria definitivamente alcançada com a derrota do capital, do latifúndio e do imperialismo, e, que as reivindicações femininas não poderiam ser isoladas das lutas democráticas e emancipadoras do povo. Para ela, seria necessário rever o método de trabalho com as mulheres, pois este se caracterizava pela pequena capacidade organizativa, pela falta de solidez e pelo fraco conteúdo político³².

²⁸ DEPOIMENTO de Dirce Machado da Silva na Comissão da Verdade. Produção Documental da Comissão Nacional da Verdade. Goiânia/GO: Comissão Nacional da Verdade, 2014. On-line (52:53min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gUWi88-45xo>.

²⁹ MONTENEGRO, op. cit.

³⁰ Idem.

³¹ RIBEIRO, Iracema. *Trabalho Feminino Dever de Todo o Partido*. Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil-PCB. Novembro de 1954. Disponível: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/feminino.htm

³² MARANHÃO, Olga. *Ganhar Milhões de Mulheres para o Programa do Partido*. Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil-PCB. Novembro de 1954. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/mulheres.htm

Mulheres comunistas também atuaram no campo da saúde como não podemos deixar de destacar a militância política da médica Maria Aragão³³ (1910-1991) e da psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999).

Montenegro (2019), em seu texto “As Mulheres e a Revolução Brasileira”³⁴, analisou a necessidade de levar em conta as condições femininas para a questão do trabalho. Faz a crítica inevitável à ausência do tema nas teses do partido, frequentemente justificadas para que as mesmas não ficassem longas.

As mulheres nas lutas contra a Ditadura Militar de 1964

Devido às condições de extrema repressão das lutas que ocorriam nos marcos legais, nasceram a partir de 1964 muito movimentos clandestinos, como por exemplo a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Guerrilha do Araguaia. Com os atos institucionais repressores, uma gama de presos políticos e longas horas de tortura marcaram os bastidores da política brasileira durante a ditadura militar entre 1964 e 1985.

Neste contexto, foi criada em 1964 a União Brasileira de Mães que protestava junto aos carcereiros exigindo a quebra da incomunicabilidade com seus filhos. Pautava a viabilidade de visitas, a assistência jurídica e um tratamento menos bárbaro junto aos presos políticos. A partir de 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia exigindo a libertação de presos políticos, a anulação de cassações e a volta dos exilados³⁵.

Muitas mulheres se envolveram também na luta clandestina, diretamente ou numa rede anônima de apoio e suporte. Algumas ingressaram através do viés religioso, a partir da teologia da libertação, como o caso de Ana Corbisier e Tereza Poggi. Segundo Ribeiro (2014), embora, a invisibilidade da mulher ainda fosse tamanha, o partido comunista havia sido uma escola de formação para muitas que ingressaram posteriormente na ALN, como por exemplo: Clara Charf, Ana Montenegro, Antonieta Campos da Paz e Zilda de Paula Xavier Pereira. Também atuaram nessa organização Guiomar Silva Lopes (direção nacional), Maria de Lourdes Rego Mello (direção estratégica de campo), Maria Cerqueira e Ana Maria Navinovic, e Sonia Maria Lopes Moraes Angel Jones³⁶.

Idnaura Marques (enfermeira) arrecadava medicamentos os quais destinava aos combatentes da Guerrilha do Araguaia. Zilda Xavier Pereira foi responsável por

³³ NETO, Euclides Moreira. *Maria por Maria*. A saga da besta fera nos porões do cárcere e da ditadura. Depoimento Autobiográfico da Médica e Militante Comunista Maria José Aragão. São Luiz: EDUFMA, 2017. Disponível em: http://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2017/03/Maria-por-Maria-Euclides-ebook-com-ISBN.pdf.

³⁴ MONTENEGRO, Ana. As Mulheres e a Revolução Brasileira. 1960. In: PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, agosto de 2019.

³⁵ MONTENEGRO, 1985, op. cit.

³⁶ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Mulheres e Revolução: as militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). In: *Revista Historiae*. N. 5 (2). Rio Grande do Sul: FURG, 2014. P. 249-272. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4872/3068>

coordenar o trânsito de militantes entre Brasil e Cuba, assim como de militantes ao Araguaia. Sua filha Yara Xavier Pereira era responsável pela difusão de notícias da Radio Libertadora. E, Ana Maria Nacionovic, além de combatente, desenhava os periódicos da ALN³⁷.

Houve casos de mulheres que foram internadas em manicômios judiciais por estarem envolvidas com a luta política. Apelando para o discurso de que seu comportamento ameaçava a família brasileira, o regime ditatorial entregou mulheres como Sylvia Montarroyos para o Manicômio Tamarineira em Pernambuco, e Zilda Xavier Pereira para o Instituto Pinel do RJ³⁸.

A Guerrilha do Araguaia (1967-1974) na região amazônica havia sido conduzida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que havia ocorrido em 1962. Nela, muitas mulheres atuaram como combatentes, mas também como professoras, agricultoras, parteiras e enfermeiras acompanhando a saúde comunitária das comunidades camponesas da região. Dinalva Oliveira Teixeira, natural da Bahia, foi vice comandante do destacamento C das forças guerrilheiras e também alfabetizava adultos numa escola construída por ela mesma. Importante destacar também mulheres como: Dinaelza Coqueiro, Helena Rezende de Souza Nazareth, Maria Lúcia Petit, Maria Lúcia de Souza, Sueli Yumiko Kamaiana, Terla Regina Correia, Valquíria Afonso da Costa, Maria Luiza Garlippe, Maria Célia Correa, todas militantes mortas em combate. Muitas delas, com seus corpos ainda não encontrados.

Durante os longos 21 anos de ditadura militar, outras tantas se dedicaram à luta política contra a ditadura militar. Podemos mencionar Iara Iavelberg (1944-1971) que militou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) atuando junto ao seu companheiro Carlos Lamarca. Ou, a militância de Vânia Bambirra (POLOP) que exilada no Chile³⁹, Panamá e México escreveu sobre as insurreições na América Latina, sobre a mulher na luta socialista⁴⁰, a teoria marxista da transição socialista⁴¹ e a Teoria da Dependência.

Nesta dimensão internacionalista da luta revolucionária, não podemos deixar de mencionar a paraguaia Soledad Barret Viedma que chegou a ser sequestrada e marcada com a suástica por um grupo de neonazistas em seu país. Exilada no Brasil, atuou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sendo brutalmente torturada e assassinada em 1973 no episódio do Massacre da Chácara São Bento (PE).

³⁷ Idem.

³⁸ Idem,

³⁹ BAMBIRRA, Vânia. *A libertação da Mulher e a Luta de Classes*. Chile, 15 de fevereiro de 1972.

⁴⁰ BAMBIRRA, Vânia. *La Mujer Chilena em la Transición al socialismo*. Documentos. In: *Punto Final*. Santiago do Chile: Punto Final, 22 de junho de 1993.

⁴¹ BAMBIRRA, Vânia. *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*. Brasília: Edunb, 1961

As mulheres socialistas no processo de redemocratização

A década de 1980 é marcada pelo processo de redemocratização, pela anistia aos presos políticos e pela Constituição de 1988.

O nascimento e fortalecimento de diferentes movimentos sociais populares buscaram evidenciar a especificidade da opressão de cada grupo identitário. Nasceram movimentos camponeses; indígenas; movimentos negros; movimentos ambientalistas; de desempregados; de luta por moradia; movimento de mulheres; LGBT(s); entre tantos outros. Movimentos estes, que marcaram com maior incidência a forma organizativa de uma época, onde democracia e participação popular organizada buscavam se conectar, onde a contingência das lutas reivindicatória e identitária possibilitariam um acúmulo de forças para o processo de transformação social - construção de uma estratégia democrático popular, inaugurada na consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Embora inegável o papel destas organizações na luta política, este percurso foi evidenciando limites e desafios imensuráveis. Entre eles, podemos mencionar a fragmentação de pautas e lutas, bem como a dificuldade de convergir a unidade dentre as especificidades. A tarefa partidária de combinar essas pautas específicas num programa amplo de transformação social, foi sendo também fragmentada na medida em que o próprio Partido dos Trabalhadores, pela sua dinâmica interna e debate de tendências, foi se desmembrando em outros partidos, como por exemplo o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Segundo Moraes (1996), o movimento feminista brasileiro que se originava de uma perspectiva reivindicatória e transformadora, na década de 1980 sofre uma crise na medida em que as forças de oposição ao regime militar vão assumindo suas diferenças em torno da questão partidária e das concepções de democracia. Inicialmente, as feministas históricas ingressaram ou no Partido dos Trabalhadores (PT), ou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mantendo apenas algumas ações conjuntas. Outro tema que envolveu o acirramento das diferenças foi a questão da identidade sexual. O Congresso Feminista de Valinhos (1980) foi um divisor de águas, e seus subseqüentes acabaram tornando-se enfrentamentos entre as tendências feministas cada vez mais acirradas⁴².

Durante o período de redemocratização é imprescindível relembrar a atuação das mulheres na luta camponesa. Uma delas foi Margarida Alves⁴³, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande na Paraíba que, enfrentando a fúria dos latifundiários, foi assassinada em casa aos 50 anos de idade em 1983 – ano

⁴² MORAES, Maria Lygia Quartim. *Vinte anos de Feminismo*. Tese de Livre -docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH da Universidade Estadual de Campinas. SP: UNICAMP, 1996. Disponível em: <https://jpsolce.files.wordpress.com/2012/11/tese-vinte-anos-de-feminismo-maria-lygia-quartim-de-moraes.pdf> Visualização em maio de 2020.

⁴³ FERNANDES, Barack. *Nos Caminhos de Margarida*. TV CONTAG, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM>

em que nasce o Movimento de Mulheres Camponesas. Ou ainda Roseli Nunes, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul, que foi assassinada (por atropelamento) em 1985 durante uma mobilização em rodovia.

No decorrer destes anos, outras mulheres militantes foram mortas em decorrência de conflitos fundiários. Podemos mencionar aqui a missionária Doroty Stang, assassinada em 2005 em Anapu (PA) onde atuava junto aos trabalhadores rurais. Ou Nilce de Souza Magalhães (Nicinha), integrante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que em 2016 teve seu corpo encontrado no lago da Usina Hidrelétrica Jirau em Porto Velho (RO).

Neste período, o fortalecimento do feminismo negro brasileiro contou com a indispensável presença de mulheres como Lélia Gonzalez⁴⁴ (1935-1994), Maria Beatriz do Nascimento (1942-1995), entre muitas outras.

A contribuição de Heleieth Saffioti⁴⁵ (1934-2010), especialmente na obra “Mulher na Sociedade de Classes” foi um marco no debate sobre a situação da mulher decorrente da estrutura da sociedade de classes. Em sua análise a superação da opressão feminina impreterivelmente perpassaria pela superação da ordem capitalista.

Entre os muitos movimentos sociais e partidos políticos populares, o tema da opressão feminina ganhou força impulsionando importantes vitórias, embora permeado por tensões e conflitos de toda ordem, inclusive entre as múltiplas tendências e correntes feministas. Nasceram também movimentos populares femininos como: Movimento de Mulheres Negras, Movimento de Mulheres Camponesas e a Marcha Mundial de Mulheres.

No âmbito partidário, a militância política de Marielle Franco⁴⁶ (1969-2018) junto a outras mulheres combativas, acentuou a necessária interseccionalidade entre a luta racial, étnica, de gênero e classe para a construção socialista.

Diante deste período em ebulição, com tarefas imediatas e debates intensos ainda por fazer quanto aos rumos da luta política popular, consideramos que seja uma premissa fundante aprofundar as mediações entre a luta feminista e a luta socialista. Compreender estas relações, tanto em perspectiva histórica, os desafios e debates de cada época, mas também na projeção de ações que de maneira contundente caminhem em direção à emancipação humana.

Considerações Finais

As poucas linhas neste breve esboço com certeza não são suficientes na recuperação da memória de tantas mulheres que atuaram na trajetória da luta socialista no Brasil. Muito menos em abordar o debate das diferentes concepções feministas,

⁴⁴ GONZÁLEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. *Raça e Classe*. (5): 2, nov./dez. 1988.

⁴⁵ SAFIOTTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes*: Mito e Realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁴⁶ Marielle Francisco da Silva (Marielle Franco), dirigente do PSOL e eleita vereadora no Rio de Janeiro com a quinta maior votação, foi assassinada em 14 de março de 2018.

mesmo dentro de uma perspectiva revolucionária, que ocorreram nesse percurso. Todavia, pretensiosamente essas primeiras linhas buscaram assomar-se de alguns dos aspectos que consideramos fundantes para um necessário inventário dessa trajetória.

Justamente num momento em que a crise estrutural do sistema capitalista avança de maneira brutal na destruição dos parques direitos conquistados, guiada pelo sobre lucro a qualquer custo, e por uma ideologia ultraliberal conservadora, essa forma societária desvela de maneira escrachada o acirramento da preconceitos raciais, étnicos, de gênero, e classe. Conduzida pela violência intensa, desabita a vida do corpo trabalhador e da própria natureza, posicionando entraves decisivos à existência humana no planeta.

Essas adversidades recolocam para a humanidade a emergência de uma transformação societária em sua raiz. O que nos convoca a refletir, a debater e a avançar quanto aos desafios organizativos, estratégicos e táticos da luta revolucionária para o período que se abre.

Artigo recebido em 31.3.2021

Aprovado em 22.5.2021